



# CADERNO DE RESPOSTAS

4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL

CONTAG | 2023

SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO







# ***Apresentação***

O Governo Federal tem como prioridade ouvir a sociedade civil na construção, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, e assegurar o atendimento às demandas por ela apresentadas.

Nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a participação social foi um método que possibilitou avanços, sobretudo em relação aos direitos das juventudes e de todas as pessoas do campo, da floresta, das águas e das cidades.

Foi também nos governos Lula e Dilma que se iniciaram e consolidaram os marcos mais importantes da trajetória de construção das políticas de e para as juventudes, que passaram nos últimos quatro anos por um período de desarticulação das suas redes e desorganização das dimensões interfederativa e transversal.

Com o propósito de reafirmar o compromisso com os direitos das juventudes brasileiras e fortalecer a relação respeitosa e fundamental com a sociedade civil, o Governo Federal, na terceira gestão do Presidente Lula, recebeu recentemente da Contag o calendário de ações programadas pela entidade para 2023 e o documento "Semeando Resistência e Cultivando um Mundo Novo, da Confederação Nacional da Agricultura", sobre o 4º Festival Nacional da Juventude Rural.

Este documento trata de seis pontos centrais, divididos em 35 itens, que foram encaminhados aos ministérios responsáveis pelos temas afins. As demandas foram submetidas a tratativas, negociações e respostas para serem incorporadas às suas ações e políticas do governo, com vistas ao máximo atendimento das reivindicações elencadas.

O processo de encaminhamento e discussão da pauta do 4º Festival Nacional da Juventude Rural foi sistematizado e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, por determinação do Presidente da República. Neste caderno, consolidamos as respostas às demandas apresentadas, buscando reforçar o compromisso deste governo com a participação social na formulação de políticas públicas. Especialmente, neste caso, reafirmando o diálogo permanente com as juventu-



des que atuam na agricultura familiar, provenientes de territórios da reforma agrária e dos povos de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de pescadores/as artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco, entre outros.

Apresentamos, enfim, este Caderno de Respostas à pauta do Festival da Juventude Rural 2023 com a finalidade de sistematizar os esforços do Governo Federal no atendimento das demandas apresentadas.

A Secretaria-Geral reafirma sua disposição para um processo permanente de diálogo, negociação e acompanhamento das políticas públicas para as juventudes, de forma a efetivá-las, além de fortalecer a participação social deste segmento no governo. O objetivo é fazer com que esse processo possa resultar em ações que efetivamente melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos setores historicamente mais alijados do processo de desenvolvimento do País.

**Márcio Costa Macêdo**

Secretaria-Geral da Presidência da República





# RESPOSTAS | 4º FESTIVAL DA JUVENTUDE RURAL | CONTAG

## 1) DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p><b>1.1</b> Implementar o Sistema Nacional de Juventude, nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Consolidar a adesão dos estados ao sistema, prestando assistência técnica e suplementação financeira aos estados, e aos municípios;</li><li>• Contribuir para a qualificação e ação em rede do Sinajuve em todos os entes da Federação;</li><li>• Financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude, estabelecendo formas de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios para a execução das políticas públicas de juventude;</li><li>• Garantir a publicidade de informações sobre repasse de recursos para financiamento de políticas públicas de juventude aos conselhos gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.</li></ul>	<p>A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando para:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• a garantia da manutenção do Sistema Nacional da Juventude e também no desenvolvimento de novas ferramentas.</li><li>• articulação com Gestores e Gestoras estaduais e municipais.</li><li>• a construção de um sistema de formação e capacitação para garantir apoio técnico e a atuação em rede da política de juventude.</li><li>• Retomar o Programa Estação Juventude, com parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios para a instalação de equipamentos públicos de referência de políticas públicas de juventude.</li><li>• Garantir que todas as formas de parceria estabelecidas serão executadas a partir de editais e chamadas públicas, garantindo a publicidade para o acompanhamento e fiscalização.</li></ul>	<p><b>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</b></p>



PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<b>1.2</b> Criar Grupo de Trabalho Interministerial para atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com participação de movimentos sociais do campo.	O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA é o principal interlocutor da pauta da juventude rural e responsável pela atualização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Dessa forma, nossa proposta é que seja recriado o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, dentro do Condraf, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, sendo essa essa instância com competência pela atualização do PNJSR.	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>
<b>1.3</b> Retomar o GT de Juventude no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF	Com a reinstalação do CONDRAF, a proposta é que seja instituído o Comitê Permanente de Juventude Rural - CPJR, que será o ponto focal para a pauta da juventude rural. (Previsão da primeira reunião ordinária entre os meses de maio ou junho de 2023).	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>
<b>1.4</b> Criar Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria Nacional de Juventude.	A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para que, pela primeira vez na história, a juventude rural tenha um espaço específico dentro da SNJ para transversalizar as políticas construídas na pasta para juventude do campo, da floresta e das águas.	<b>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</b>
<b>1.5</b> Ampliar o número de assentos no Conselho Nacional de Juventude, para aumentar a representação de diversos segmentos, com reuniões bimestrais ou trimestrais e garantia de condições de participação.	A Secretaria Nacional de Juventude já está trabalhando na ampliação para 40 (quarenta) assentos para a sociedade civil e 20 (vinte) de representação do Governo. De acordo com o Decreto nº 10.069, de 2019, atualizado este mês pelo Decreto nº 11.470, de 2023, as reuniões em caráter ordinário já são trimestrais.	<b>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</b>



PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p><b>1.6</b> Retomar as Conferências Nacionais da Juventude, com etapas municipais e estaduais em 2024 e nacional em 2025, garantindo a participação da juventude rural em todas as etapas.</p>	<p>A principal prioridade da Secretaria Nacional de Juventude para 2023 é a realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Neste sentido, já há um cronograma em andamento para garantir a realização até o final de 2023. Em maio será publicado o Decreto para a Convocação da Conferência e suas etapas. As etapas municipais estão previstas para acontecer entre junho e agosto, as estaduais entre setembro e outubro e a Nacional até dezembro.</p>	<p><b>Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República</b></p>
<p><b>1.7</b> Criar Programa Nacional de Documentação da Juventude Rural itinerante nas comunidades rurais e assentamentos de todo o País para atender as demandas de jovens - certidões de nascimento, identidade, CPF, carteira de trabalho.</p>	<p>O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) está em processo de reconstrução para sua recriação. Nossa proposta é incluir no programa o atendimento à juventude rural, realizando assim mutirões nos territórios e garantindo o acesso à documentação à juventude rural.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>
<p><b>1.8</b> Valorizar e ampliar a participação da CONTAG, com garantia de representação de jovens e mulheres nas Seções Regionais e Seção Nacional Brasileira da Reaf-Mercosul, consolidando-as como espaços de diálogo inclusivos entre representantes de governos e das organizações da agricultura familiar.</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar incentiva a participação da CONTAG e todas as organizações representativas nesse espaço. Mas não compete ao MDA definir a composição da delegação da sociedade civil na Reaf-Mercosul.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>



## 2) TRABALHO, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E RENDA

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
2.1 Acesso à terra e ao crédito;	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. Elas estão concentradas em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário, na pontuação para jovens no processo de seleção de famílias para assentamento da reforma agrária e na criação de um Fomento específico para projetos produtivos dos jovens no âmbito do crédito instalação voltado para assentados da reforma agrária.</p> <p>Propostas em discussão no governo sobre crédito fundiário: - Nova linha de financiamento PNCF JOVEM: Para os jovens rurais até 29 (vinte e nove) anos em todas as regiões. Tal medida permite que os filhos de agricultores familiares, os técnicos oriundos dos cursos de Ciências Agrárias e das Escolas Agrotécnicas, Centros Familiares de Formação por Alternância e similares possam adquirir sua propriedade financiada pelo Programa;</p> <p>- Aumento do limite de financiamento por beneficiário: O aumento do teto de financiamento por beneficiário facilitará o acesso dos jovens rurais nas regiões onde os imóveis são mais caros, sobretudo os mais próximos aos centros urbanos;</p> <p>- Aumento no limite do Patrimônio quando se tratar de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão: O limite do Patrimônio do beneficiário que estiver acessando o PNCF por meio de negociação entre co herdeiros de imóvel rural objeto de partilha decorrente de sucessão será</p>	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
	<p>elevado. Esta medida facilita a negociação entre co herdeiros e consequentemente a sucessão rural;</p> <p>- Retirada do imóvel de moradia na apuração do limite de patrimônio: Esta medida facilita a negociação entre os herdeiros e consequentemente a sucessão rural e o acesso dos jovens rurais ao PNCF.</p>	
<p><b>2.1.1</b> Prever pontuação específica para jovens trabalhadores(as) rurais filhos(as) de agricultores(as) familiares (assentados/as da reforma agrária ou não) e de famílias acampadas no processo de seleção para assentamentos em projetos de reforma agrária;</p>	<p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, fará um novo decreto sobre a seleção de beneficiários da Reforma Agrária e, neste decreto, a juventude rural estará contemplada com pontuação específica.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>
<p><b>2.1.2</b> Criar condições diferenciadas de acesso ao Crédito Fundiário para mulheres chefe de família e juventude rural (idade entre 16 anos - emancipados, e 29 anos) em todo o território nacional, com taxa de juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 50% considerando para fins de enquadramento a renda e patrimônio da linha PNCF Mais.</p>	<p>Não se tem ainda uma especificidade para jovens mulheres, mas como o pacote é específico para juventude rural, já se tem posto a garantia para as jovens mulheres. O que se pretende com a nova linha de financiamento "PNCF Jovem" e com as demais medidas que potencializam o acesso dos jovens ao Programa.</p> <p>O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ainda neste mês de abril, pretende lançar entregas para a juventude rural no acesso à terra. E, parte delas, está concentrada em melhores condições dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>



PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p><b>2.1.3 Pronaf Jovem</b> - com o objetivo de estimular a autonomia financeira e a permanência no campo, propõe-se que a linha de investimentos Crédito Pronaf Jovem (MCR 10,10 e MCR 7,6) seja ajustada para as seguintes condições: teto de financiamento de R\$30mil; risco da União conformes MCR 10-1-23; taxa efetiva de juros de 0,5% ao ano; bônus de adimplência de 40%, para empreendimento localizado na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento Nordeste (Sudene) e de 25% nas demais regiões.</p>	<p>Em maio de 2023 será lançado o novo Plano Safra, no qual estará previsto o acesso ao crédito pelos jovens rurais.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>
<p><b>2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural</b></p>	<p>Está em negociação uma cota para juventude rural em todas as chamadas públicas de ATER.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>
<p><b>2.2.1</b> Incluir nos critérios para a seleção das prestadoras de serviço nas Chamadas Públicas de Ater, pontuação progressiva de acordo com o percentual de presença de mulheres e jovens na equipe técnica;</p>	<p>Está em negociação uma pontuação para juventude rural e mulheres na seleção de prestadoras de serviço de ATER.</p>	<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>



PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
2.2.2 Realizar Chamadas Públicas de Ater específicas para juventude para atendimento dos projetos produtivos para o Pronaf Jovem.	Neste momento, o foco está na cota para a juventude rural nas chamadas públicas. Em um segundo momento poderá ser construída uma proposta de chamada específica para a juventude rural.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
	O Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural (DGAR), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem trabalhado em propostas para solicitação, nos contratos de Ater de, no mínimo, 30% de jovens como estagiários/as para acompanhar e desempenhar atividades monitoradas em conjunto com a equipe técnica prestadora de serviço de assessoria, especialmente jovens comunitários/as. Também de sujeitos que possuam reconhecido conhecimento tradicional, em especial mulheres, para composição da equipe como pessoa contratada.	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
2.3 Formação Técnica	A assessoria de juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar irá dialogar com o Ministério da Educação para construir a retomada da formação técnica.	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
	O Ministério do Turismo disponibiliza, gratuitamente, oferta de cursos de qualificação profissional aos destinos turísticos brasileiros e demais interessados em se qualificar.	Ministério do Turismo



## PAUTA

**2.3.1** Reeditar o Consórcio Social da Juventude Rural como política permanente de formação técnica e profissional para a atuação da juventude na produção e comercialização de alimentos saudáveis, por meio de parcerias entre governos federal e estaduais e movimentos sociais.

## 2.4 Trabalho e renda

## RESPOSTAS

A assessoria de juventude do MDA irá dialogar com os demais Ministérios envolvidos para construir uma proposta de reedição do Consórcio Social da Juventude Rural.

O Consórcio se tornou uma sub-modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, pelo qual seis programas já existentes voltados para a juventude - Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica - em um único Programa.

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE está iniciando o levantamento de Termo de Referência e documentos anteriores dos Consórcios Sociais da Juventude, para que sejam aperfeiçoados em uma nova edição.

O Ministério do Turismo pretende dar continuidade à implementação do Projeto Experiências de Brasil Rural, que tem como objetivo principal ampliar e diversificar a oferta turística brasileira, por meio da inserção de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico brasileiro, além de apoiar a formatação e o posicionamento de produtos e roteiros turísticos de experiência no meio rural.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério do Desenvolvimento  
Agrário e Agricultura Familiar**

**Ministério do Trabalho e Emprego -  
MTE**

**Ministério do Turismo**



### 3) AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
<p><b>3.1</b> Implantar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer a tributação progressiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos agrotóxicos, de acordo com a escala de toxidez;</li><li>• Eliminar a isenção atual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevista no Convênio 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);</li><li>• Destinar a arrecadação dos tributos sobre os agrotóxicos às seguintes ações:<ul style="list-style-type: none"><li>I. Financiar Ater para agricultura sustentável;</li><li>II. Estimular a pesquisa e produção de bioinsumos;</li><li>III. Financiar a Pnapo, priorizando projetos produtivos de mulheres e juventude rural;</li><li>IV. Implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA);</li><li>V. Promover campanhas educativas continuadas sobre os danos à</li></ul></li></ul>	<p>O Governo Federal retomou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e esses conselhos apresentaram o PRONARA como prioridade para 2023 .</p>	<p><b>Secretaria-Geral da Presidência da República</b></p>



## PAUTA

saúde, principalmente nas escolas do campo, tendo a(o) jovem como protagonista;

VI. Realizar cursos técnicos e de graduação em agroecologia, prioritariamente para as mulheres e juventude rural;

VII. Fomentar, apoiar e financiar a criação e ampliação dos bancos e casas de sementes crioulas.

## RESPOSTAS

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**3.2** Criar programa permanente de formação de jovens agentes de proteção e conservação ambiental e produção sustentável nas comunidades, integrando os Ministérios da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em parceria com movimentos sociais, incluindo intercâmbios de saberes com encontros e vivências a partir de atividades econômicas entre as comunidades em diferentes territórios e biomas;

O Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural (DGAR) vem articulando com o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania (DEA) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para retomar e fortalecer o Programa de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar (PEAAF), com enfoque na formação de jovens para a gestão ambiental rural de seus territórios e produção sustentável nas comunidades.

**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**



## 4) SAÚDE

PAUTA	RESPOSTAS	MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS
4.1.1 Recuperar, fortalecer e ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescente e Jovens;	<p>A Secretaria Nacional de Juventude está em articulação para firmar parceria, por meio de Convênio, com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, no âmbito da Agenda Jovem Fiocruz, para apoio técnico na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude com enfoque na saúde. Como resultado principal dessa cooperação, teremos a construção de marcos para a formulação de uma Política de Atenção Integral à Saúde dos Jovens.</p> <p>O Ministério da Educação irá instituir Câmara Técnica Assessora para ações integradas voltadas à construção da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, com o objetivo de prestar consultoria e assessoramento ao Secretário de Atenção Primária à Saúde em matérias específicas de interesse do Departamento de Gestão do Cuidado Integral com a finalidade de discutir e propor o escopo que dê subsídios para a elaboração da Política Nacional de Atenção integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Portaria e Nota técnica em elaboração).</p>	Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República



## PAUTA

**4.1.2** Fortalecer as ações de educação integral em sexualidade para a juventude rural;

## RESPOSTAS

O Ministério da Saúde fará o fomento de ações em Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva voltadas para população juvenil. A Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e Adolescente planeja lançar diretrizes nacionais sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos para adolescentes e jovens, contemplando as especificidades territoriais em parceria com instituições afins ao tema e sociedade civil.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Saúde**

**4.1.3** Fortalecer as ações no meio rural referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, conforme a Lei N° 13.819, de 26 de abril de 2019, inclusive a criação do Comitê Nacional de implementação da referida política com garantia de participação de entidade representativa da juventude rural;

Ministério da Saúde tem acordo com o fortalecimento da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, e está em curso a elaboração de proposta para a recomposição e reestruturação do Comitê que acompanha a referida política, tendo em vista tanto a participação das áreas técnicas da Saúde pertinentes, os demais ministérios e a interlocução com a sociedade civil. É fundamental que esta política seja executada com vistas a atender a populações estratégicas, a exemplo da juventude rural.

**Ministério da Saúde**

**4.1.4** Assegurar na Rede de Atenção Básica e Psicossocial do SUS a contratação de profissionais com especialidade em saúde mental, com atenção especial para o atendimento da juventude das populações do campo, da floresta e das águas.

Os serviços especializados de atenção psicossocial habilitados pelo Departamento de Saúde Mental (DESME/SAES/MS), cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), são compostos por equipes multiprofissionais especializadas estabelecidas pelas normas vigentes. Destaca-se que o DESME/SAES está se organizando em relação a

**Ministério da Saúde**



investimentos com recursos próprios e programas de Educação Permanente com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), para capacitar os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial nas principais temáticas da assistência e cuidado e, sobretudo nas especificidades das populações e diversidades, contemplando as populações do campo, rural e das águas.

Ratifica-se que o DESME está retomando a expansão e qualificação dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento, bem como leitos de retaguarda em hospital geral, para fortalecimento e consolidação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. O projeto de expansão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como uma das metas implantar serviços nas regiões de saúde com vazios assistenciais.

No que tange à rede de Atenção Primária em Saúde (APS), em 2023, criou-se a Coordenação de Ações Interprofissionais vinculada a estrutura do Departamento de Saúde da Família e Comunidade da Secretaria de Atenção Primária à Saúde que, dentre outras competências, responsabiliza-se pela formulação e monitoramento das ações interprofissionais na APS que encontram-se em curso de reestruturação e pactuação tripartite.



## 5) EDUCAÇÃO DO CAMPO

### PAUTA

**5.1** Realizar estudo sobre a situação atual, rearranjo e manutenção das escolas do campo, acompanhado de uma proposta de reforma e construção de novas escolas, com infraestrutura adequada, garantindo transporte escolar seguro e de qualidade, materiais e livros didáticos, biblioteca, áreas de lazer e desporto;

### RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Contratação de consultoria para realização de pesquisa sobre as situações de oferta e funcionamento da educação em escolas públicas localizadas em áreas rurais, realizando cruzamento de dados sobre o desenvolvimento da política nacional de educação em todas suas dimensões, explicitando o atendimento e qualidade da execução das mesmas em relação aos direitos dos povos indígenas, do campo, das águas e das florestas, com produção de relatório analítico e propositivo de ações que contribuam para melhoria e efetividade destas políticas na garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;
- Encaminhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo e PDDE Água (2021 e 2022 entre os meses de maio e junho de 2023);
- Levantamento e discussão com o Ministério sobre construção de escolas.

### MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**



## PAUTA

**5.2** Incorporar, na Lei Nº 12.960/2014 e na Portaria nº 391/2016, mecanismo que assegure a participação da comunidade onde está localizada a escola na deliberação sobre o fechamento ou não das escolas do campo. Caso a escola seja fechada, que os(as) alunos(as) sejam remanejados, prioritariamente, para outra escola no campo mais próxima;

## RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Contratação de consultoria para mapeamento da situação das escolas ativas, paralisadas e fechada para identificação dos fatores que levam a este cenário;
- Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed sobre o marco normativo da Educação do Campo;
- Articulação com o Conselho Nacional de Educação - CNE para a elaboração de orientações para os processos que tratam do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas no âmbito das Secretarias de Educação e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**



## PAUTA

**5.3** Ajustar e ampliar as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com destaque para:

- a) Recomposição da Comissão Pedagógica Nacional;
- b) Recomposição do Orçamento - R\$ 70 milhões em 2023;
- c) Implementação imediata dos projetos aprovados;
- d) Instalação de comissão para a revisão do Manual do pronera;
- e) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
- f) Revisão do valor aluno/ano que contemple os custos da alternância e bolsas para estudantes e professores/as;
- f) Incluir a previsão de pagamento de despesas de capital - biblioteca, equipamentos eletrônicos, instrumentos e insumos para implementação de campos de pesquisa; e, professores/as, educadores/as e educandos/as dos movimentos sociais e sindicais no acompanhamento aos estudantes no Tempo Universidade e Tempo Comunidade;

## RESPOSTAS

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra está encaminhando a revisão do Manual de Operações do Pronera e os ajustes necessários quanto aos valores de financiamento do programa. A pauta da educação no campo foi retomada e as soluções estão sendo construídas de forma coletiva, envolvendo movimentos sociais e sindicais e instituições de ensino.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra**



## PAUTA

**5.4** Assegurar, na reforma do Ensino Médio, as diretrizes e princípios da Política Nacional de Educação do campo;

**5.5** Incluir nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo critérios de pontuação extra no processo de seleção para os(as) docentes de Escolas do Campo que sejam oriundos da comunidade ou de localidades próximas e estejam familiarizados com as realidades locais;

**5.6** Revisar a base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os currículos dos entes subnacionais dela decorrentes para incluir: educação ambiental interdisciplinar e nos temas sobre sexualidade tratar de saúde, consentimento, diversidade, combate à violência, gravidez precoce e outros temas;

## RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, tem acompanhado o processo que aponta para necessidade de rediscussão da Reforma do Ensino Médio e no tempo oportuno apresentará suas propostas para inclusão de questões relacionadas a Educação do Campo.

Plano anual de ações estratégicas da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, do Ministério da Educação, em articulação nacional com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed para inserção do perfil dos Licenciados(as) em Educação Indígena, do Campo e Quilombola nos concursos das redes públicas de ensino municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI criou a Coordenação de Educação Ambiental que ajudará a aprofundar os debates e ações sobre educação ambiental.

Além disso, será realizada a Conferência Infanto Juvenil de Educação Ambiental em 2024.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**

**Ministério da Educação**

**Ministério da Educação**



## PAUTA

**5.7** Reconhecimento da Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo, que estabelece a articulação dos processos formativos com os diversos modos de trabalho e de vida dos territórios e territorialidades camponesas, com o reconhecimento de seus tempos, espaços, saberes e formas próprias de organização;

**5.8** Monitorar a implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação, assegurando a universalização da educação infantil nas escolas do campo para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE, julho de 2024;

## RESPOSTAS

O Parecer Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 22/2020, que institui as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Superior, reconhece "a Pedagogia da Alternância como estratégia de formação dos sujeitos e educadores(as) do campo", com parecer positivo da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena está em trâmite para homologação do Ministro da Educação.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará

- Articulação com a Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica - SEB para políticas de Educação Infantil do Campo;
- Articulação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB para acompanhamento desta questão;
- Discussão e proposição para o próximo Plano Nacional de Educação.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**

**Ministério da Educação**



## PAUTA

**5.9** Ampliar o acesso de jovens do campo, floresta e águas todos os cursos do Ensino Superior público, considerando as necessidades específicas de quem mora e trabalha no meio rural, por meio do exercício da pedagogia da alternância e da atuação de docentes que conhecem as realidades locais;

**5.10** Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria N° 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;

## RESPOSTAS

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, fará:

- Retomada do apoio das Universidades que ofertam os cursos da Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena;
- Discussão com União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e Fóruns para inserção do perfil do licenciado em Educação do Campo nos concursos públicos.

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI tem se empenhado na articulação para ampliação e fortalecimento do Programa Nacional de Bolsas Permanência, garantindo ampliação de reserva de vagas para estudantes camponeses.

Além disso, fará a ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid e do Residência Pedagógica.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**

**Ministério da Educação**



## PAUTA

**5.10** Incluir a juventude da agricultura familiar no Programa de Bolsa Permanência do indígenas (Portaria Nº 389, de 09/05/2013), aumentando o número de benefícios e também o valor do benefício para um salário mínimo, com garantia de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiamento do programa;

**5.11** Inserir, na Política de Nacional de Alfabetização, ações de incentivo à redução da evasão escolar, a exemplo da destinação de Bolsas Permanência e iniciativas de promoção da saúde oftalmológica;

**5.12** Reforma a grade curricular do Ensino Superior público de cursos correlatos para a inclusão interdisciplinar de discussões sobre transição energética e agroecológica, estimulando o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento tradicional e a produção de conhecimento sobre o tema;

## RESPOSTAS

Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar construir parcerias com instituições fomentadoras de pesquisas para criação e ampliação de programas de bolsa de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao público da agricultura familiar, neste sentido, serão construídas ações e entregas que colaboram para a permanência estudantil da juventude rural

O Ministério da Educação, por meio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI está em articulação intersetorial e interministerial para assegurar a Educação de Jovens e Adultos do Campo e a Alfabetização de Crianças do Campo e Indígena.

A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior - SESU.

## MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**

**Ministério da Educação**

**Ministério da Educação**



### PAUTA

**5.13** Incluir a obrigatoriedade do Ensino e Pesquisa sobre assistência técnica e produção da agricultura familiar, agroecologia e sistemas agroflorestais na grade curricular dos cursos superiores e técnicos de Agronomia, para ampliar os conhecimentos sobre práticas agrícolas sustentáveis.

### RESPOSTAS

A Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI fará articulação com a Secretaria de Ensino Superior - SESU.

### MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Educação**

## 6) CULTURA, ESPORTE E LAZER

### PAUTA

**6.1** Retomar a política de Pontos de Cultura, com financiamento, por meio de editais, de projetos locais e itinerantes de produção cultural voltados para música, dança, artes plásticas (pintura, desenho e escultura), audiovisual (cinema, rádio e fotografia), artes cênicas e literatura;

### RESPOSTAS

Retomada da Política Nacional de Cultura Viva

O MinC elaborou uma estratégia para zerar o passivo de prestações de contas de anos anteriores até o final de 2023, vai fomentar 50 Pontões de Cultura, premiar 1 mil Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Leitura, mestres e mestra das culturas populares, ações de diversidade cultural e investir no fomento a projetos continuados de Pontos de Cultura de todo Brasil (via LAB 2).

### MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS

**Ministério da Cultura**

**6.2** Reeditar o Programa Arca das Letras, desta vez como política permanente para a promoção da leitura, associada a uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, coordenada pelo MEC e executada em parceria com movimentos sociais, editoras, escolas do campo e universidades, com formação de formadores e multiplicadores.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar está estudando lançar programa que resgate a experiência do Arca das Letras mas que também apresente iniciativas que trabalhem a educação e cultura no campo. Essa iniciativa será discutida no âmbito da política de desenvolvimento territorial rural.

**Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**



**Projeto Gráfico**  
Josair Braz | ASCOM/SG







